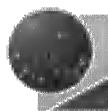




PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



**Tribunal
Regional
Eleitoral-GO**

TERMO DE ADESÃO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, POR INTERMÉDIO DA JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM DA COMARCA DE CAVALCANTE, E O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, POR INTERMÉDIO DA JUÍZA ELEITORAL DA ZONA 099, VISANDO O OFERECIMENTO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DOS PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL DA **COMUNIDADE QUILOMBOLA VÃO DE ALMAS**, DA COMARCA DE CAVALCANTE, PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS.

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.050.330/0001-17, neste ato representado pela JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM DA COMARCA DE CAVALCANTE, Isabela Rebouças Maia, inscrita no CPF sob o nº 047.420.255-04, com sede da comarca localizada na Praça Diogo Telles, 198, Centro, CEP 73.790-000 e o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.526.875/0001-45, com sede na Praça Cívica, nº 300, Centro, Goiânia/GO, doravante denominado TRE-GO, neste ato representado pela Juíza Eleitoral da 99ª Zona Eleitoral de Cavalcante GO, Isabela Rebouças Maia, inscrita no CPF sob o nº 047.420.255-04, resolvem celebrar o presente Termo de Adesão, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a adesão dos serviços do Tribunal Regional Eleitoral aos Pontos de Inclusão Digital, com a finalidade de prestar atendimento presencial e fornecer serviços disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, conforme rol exaustivo abaixo:

I. Apoio na realização de atos processuais, como depoimentos de partes, de testemunhas e de outros celebradores de justiça, por



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



**Tribunal
Regional
Eleitoral-GO**

do processo, através de link do Zoom ou sistemas similares, dos processos em trâmite na Zona Eleitoral 099;

II. Fornecimento de certidões e declarações de trabalho geradas automaticamente pelos serviços disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral.

III. Solicitar ao cartório eleitoral a emissão de certidões indisponíveis no site do TSE e Declaração de Trabalho Eleitoral (DTE) para mesário(a)/colaborador(a) que trabalhou além do domingo das Eleições e/ou que fez treinamento presencial somente;

IV. Impressão da 1ª e 2ª via do Título Eleitoral no site do TSE;

V. Auxílio na emissão de guias de recolhimento de multas eleitorais e encaminhamento do comprovante de pagamento para a zona eleitoral proceder à respectiva baixa;

VI. Auxílio no preenchimento de pedidos no TítuloNet de TRANSFERÊNCIA e REVISÃO ELEITORAL;

a) Em caso de **ALISTAMENTO** (primeiro título de eleitor), encaminhar o(a) eleitor(a) para a zona eleitoral e orientar sobre quais documentos deve apresentar;

b) Em caso de **TRANSFERÊNCIA**: preencher o TítuloNet somente após contato com o cartório, o qual verificará a existência ou não de coleta biométrica;

c) Em caso de **REVISÃO ELEITORAL**: após contato com o cartório, o qual verificará a existência ou não de coleta biométrica, preencher o TítuloNet e anexar comprovante, conforme o tipo de revisão solicitada (ex.: revisão de dados cadastrais, mudança de endereço, estado civil etc.);

VII. Encaminhar documentos destinados à sede da Zona Eleitoral à qual se vincula por meio do e-mail cezon099@tre-go.jus.br ou pelo whatsapp da zona;

VIII. Consultar número do Título Eleitoral (Site TSE em autoatendimento eleitoral), fornecendo apenas e tão somente ao próprio(a) eleitor(a), cuja identidade seja devidamente comprovada;

IX. Apoio logístico à zona eleitoral à qual se vincula durante o



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



**Tribunal
Regional
Eleitoral-GO**

1.2 O Ponto de Inclusão Digital (PID) funciona no endereço da **Colégio Estadual Quilombola Kalunga Professor José Cabral de Araújo, Zona Rural, Cavalcante/GO**, distante **74,5 km** da sede de Comarca.

1.3 É VEDADO o uso do ELO (cadastro nacional de eleitores) para a realização das operações RAE de alistamento, transferência e revisão eleitoral pelos postos de atendimento, podendo apenas auxiliar com o preenchimento dos pedidos do TÍTULO NET (<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/>) que posteriormente serão analisados pelo Cartório Eleitoral de Cavalcante, nos termos da cláusula 1.1.

1.4 É PROIBIDA a expedição de certidões e declarações manuais pelos atendentes dos postos relativas a situações eleitorais, sendo autorizada apenas a emissão de certidões geradas automaticamente no site do TSE (<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor>).

1.5 Os atendentes dos postos **não serão autorizados a fornecer dados pessoais dos eleitores a terceiros ou listagem de eleitores**, sob a pena de violação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Em caso de dúvida a respeito da autorização para a prática de qualquer atividade, cabe ao atendente entrar em contato com a Zona Eleitoral para dirimir a questão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. DO(A) JUIZ(A) DIRETOR(A) DO FÓRUM

2.1.1. Disponibilizar a estrutura dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs) para realização de atos de competência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás;

2.1.2 Divulgar a parceria nos canais oficiais do TJGO para conhecimento da população e dos integrantes do sistema de justiça;

2.1.3 Designar ao menos 01 colaborador(a) como responsável pelas atividades da Justiça Eleitoral no Ponto de Inclusão Digital, sem prejuízo às atividades normalmente desempenhadas;

2.1.4 Garantir a estrutura física necessária à prestação dos serviços pelo parceiro.

2.2. DA ZONA ELEITORAL

2.2.2. Divulgar a parceria em seus canais oficiais para conhecimento da população e dos integrantes do sistema de justiça.

2.2.3. Promover a capacitação do(s) colaborador(es) responsável(eis) pelas atividades do Ponto de Inclusão Digital, em relação aos serviços prestados sob sua responsabilidade;

2.2.4 Supervisionar as atividades desempenhadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS

3.1. As despesas referentes à implantação e ao funcionamento do Ponto de Inclusão Digital serão suportadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

3.2 O presente instrumento não implica a transferência de recursos.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. O regular funcionamento do Ponto de Inclusão Digital será fiscalizado pelo(a) Juiz(a) Diretor(a) do Fórum da Comarca de Cavalcante e pelo(a) Juiz(a) Eleitoral responsável pela zona.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. O presente instrumento poderá ser alterado, havendo interesse das partes, por meio de Termos Aditivos, respeitada a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1. O presente instrumento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência deste instrumento será indeterminada.

1.

CLÁUSULA OITAVA– DA PUBLICAÇÃO

8.1. Compete ao(à) Juiz(a) Diretor(a) do Fórum, no prazo de 5 (cinco) dias da assinatura do Termo de Adesão, oficiar à Presidência do Tribunal de Justiça, com cópia do ato, comunicando a instrumentalização da parceria.

8.2 Compete ao(à) Juiz(a) Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias da assinatura do Termo de Adesão, oficiar a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, com cópia do ato, comunicando a instrumentalização da parceria

CLÁUSULA NONA– DA RESCISÃO

9.1. Constitui motivo para a rescisão unilateral da presente parceria, independentemente do instrumento de sua formalização, o descumprimento injustificado de quaisquer das cláusulas pactuadas.

9.2. A rescisão consensual ocorrerá quando as partes resolverem pôr fim à relação de parceria, devido à falta de interesse, por meio de decisão aceita por ambos, e sua materialização deverá ser formalizada por meio de Termo de Rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As reclamações, notificações e petições sobre o presente termo de parceria serão feitas por escrito e remetidos aos endereços constantes do preâmbulo deste instrumento.

10.2. Os casos omissos e as dúvidas que se originarem durante a execução desta parceria serão dirimidos pelas partes, mediante aditivos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de (localidade), para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação ou execução deste instrumento.





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



**Tribunal
Regional
Eleitoral-GO**

11.2. E, para a firmeza e validade do que ficou pactuado, foi lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes e por 02 (duas) testemunhas.

Cavalcante/GO, 29 de outubro de 2025.

Isabela Rebouças Maia

JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM DE CAVALCANTE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Isabela Rebouças Maia

JUÍZA ELEITORAL DA 099ª ZONA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE GOIÁS

Testemunhas:

1. **BRUNA PASSOS FERREIRA** - CPF Nº. 712.576.931-22

2. **GUSTAVO FERNANDO TORRES MAGALHÃES** - CPF Nº 046.067.341.67.